

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2016

À Equipe do Licenciamento da FEPAM que analisa o Processo Fepam n. 05053-0567/24-1 (SOL-137536)

Assunto: Pontos de omissões e falhas graves no RIMA do “Projeto Natureza” da empresa CMPC Celulose Riograndense.

Prezados Senhores(as):

Vimos, respeitosamente, trazer aqui problemas graves elucidados nas análises referentes ao **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do “Projeto Natureza” da CMPC Celulose Riograndense**. Verificam-se omissões de informações elementares e estruturantes necessárias para a compreensão dos riscos concretos apresentados pelo empreendimento em questão. Tal fato compromete o licenciamento do empreendimento e a ação do Estado no que diz respeito à salvaguarda do meio ambiente saudável de modo equitativo a toda a população da região diretamente atingida, bem como de todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) devem expressar, com objetividade e clareza, um **resumo informativo correto e isento do EIA**, como estabelece o **art. 09º da Resolução CONAMA nº 01/1986**. O RIMA deve refletir as conclusões do EIA de forma objetiva e compreensível, sem omitir informações relevantes. O Inciso III deste artigo determina a necessidade de **“síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da área de influência do projeto”**. Esta síntese tem que apresentar dados quantitativos além de qualitativos mais importantes.

O RIMA do empreendimento “Projeto Natureza” surpreende pela **carência de informações fundamentais quantitativas e qualitativas para um entendimento objetivo e resumido da magnitude de seus impactos socioambientais**. No caso em foco, consideramos que descumpra a resolução CONAMA nº 001/1986, reforçada pela nova “Lei da Linguagem Simples” (Lei nº 15.263/2025) no que diz respeito à exigência de que o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) seja apresentado em linguagem didática e acessível à população atingida, assim como evidenciando a magnitude e o tempo dos impactos a curto, médio e longo prazo e os riscos iminentes.

Verifica-se com frequência a **ausência de imparcialidade**, com o uso massivo de palavras sobre os **benefícios do empreendimento**, minimizando riscos, com a clara intenção de dar supremacia às **supostas vantagens de empregos e de geração de desenvolvimento econômico local**, apesar de seu atrelamento à exportação de produtos que dependem de mercados internacionais. Ou seja, o texto, predominantemente, torna-se um instrumento de propaganda do empreendimento, não respondendo à necessária imparcialidade já que se torna um documento de interesse público.

Assinalamos, a seguir, uma série destes problemas, destacando-se aqui omissões que consideramos graves, no RIMA, em comparação com o EIA. As informações deveriam refletir, com veracidade, os principais impactos, riscos e eventuais mitigações ou compensações, dada a dimensão do empreendimento e a necessidade de transparência e **fornecimento de informações completas, de mais fácil acesso à população que têm maiores dificuldades de acesso às milhares de páginas dos Volumes do EIA.**

Apresentaremos a seguir as principais falhas graves verificadas no documento do RIMA:

1. No que toca aos dois biomas e seus tipos vegetacionais no RS, no documento do RIMA, em nenhum momento aparece a palavra Mata Atlântica, e tampouco o impacto do empreendimento sobre remanescentes protegidos pela Lei n. 11.428/2006. A vegetação de restinga arenosa, pertencente à Mata Atlântica, na localidade de Barba Negra, foi, em parte, motivo da criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Ambiental (RPPN) do mesmo nome. Outrossim, é mister destacar que este tipo de vegetação corresponde às Formações Pioneiras assinaladas na Lei 11.428/2006, ademais parte delas na Área de Preservação Permanente, junto ao Guaíba. O projeto prevê sua parcial supressão e ocupação em parte por indústria, porto, vias internas do referido empreendimento. **No caso do Pampa, bioma restrito no Brasil, ao RS, a palavra é citada no documento somente uma vez,** sem nenhuma relação à necessidade de sua proteção, o que se caracteriza como uma grave omissão.

2. Consideramos inadmissível que o RIMA não apresente tabelas com o número e as listas das espécies ameaçadas e os respectivos nomes científicos, nas diferentes áreas de impactos (ADA, AID, AII). No que toca às espécies ameaçadas da flora, citadas somente na página 38, é descrita de forma genérica: “Espécies Ameaçadas. Na avaliação da vegetação, foram identificadas algumas plantas ameaçadas de extinção [algumas, quais?][sublinhado e negrito nosso]. Foram encontrados alguns [quantos?] butiazeiros, uma espécie de palmeira [qual?] que está na lista de espécies “em perigo de extinção” do estado do Rio Grande do Sul”.

3. No que toca à Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, o mapa da localização do empreendimento não sinaliza de modo preciso o local a ser construído o empreendimento, fundindo AID com a área de ocorrência das obras, **carecendo de refinamento cartográfico de escala e legenda.** Além disso, sinaliza parte do território do Bairro Belém Novo, como AID, portanto **atingindo o território do município de Porto Alegre. O texto do RIMA, na página 05, abstrai a proximidade com a Capital,** assinalando uma suposta distância de 60 km de Porto Alegre! Tal afirmação, supostamente relacionada ao trajeto por rodovia entre a Barra do Ribeiro e a Capital, é de muitíssima menor importância do que o raio de influência, ou seja, a AID frente a toda a infraestrutura ligada ao projeto. Ademais, **fica ausente a informação da distância de apenas 3,5 km do emissário de efluentes em relação ao Bairro Belém Novo, em Porto Alegre.** Além disso, **não é citada a distância de cerca de 6,5 km, entre as fontes de poluentes (emissário) e as áreas de captação do DMAE.** Da mesma forma é escassa a informação dos impactos potenciais sobre as Unidades de Conservação, como a Reserva Biológica do Lami (8,5 km do emissário), Parque Estadual de Itapuã (11 km do empreendimento). Ressalta-se que a

cartografia existente não está acompanhada dos critérios que subsidiam os limites definidos para a Área de Influência Direta, tampouco nos mapas que espacializam os pontos de despejos de efluentes e as áreas de inundação explicitam os cálculos que dimensionam as áreas correspondentes, como por exemplo no Volume 01, páginas: 64; 89; p.92.

4. **Quanto aos poluentes líquidos** no processo de branqueamento da celulose, é citado o uso da “*melhor tecnologia disponível*”, **mas não é citado o uso de cloro (que dá origem a dioxinas e a outros organoclorados)**, apesar de no EIA ser citado o uso de **óxido de cloro**. Este item é fundamental e deveria ser citado, além de ser necessariamente aprofundado no EIA, pois tem íntima relação à geração de **dioxinas e outras substâncias tóxicas, persistentes e cancerígenas**. Na página 10 do RIMA, as informações são escassas e incompletas, como podemos verificar: “O primeiro clareamento usa dois produtos químicos: o oxigênio e a soda cáustica. A celulose sai menos escura e ainda precisa passar pela segunda etapa de clareamento. — Clareamento final: a **celulose recebe um clareamento final mais completo, usando outros produtos químicos**” (negrito e sublinhado nossos). “**Outros produtos químicos**”? Não citá-los é caso de omissão, já que a bibliografia especializada destaca a toxicidade potencial do uso destes produtos usados no branqueamento da celulose?

5. No tema das **alternativas locacionais, foi destacado, em primeiro lugar, os aspectos de mercado, em especial a logística da madeira**, seja no recebimento deste material, seu processo de transformação em celulose e o seu destino final para o exterior. Neste item, **foi desconsiderada a presença de comunidades indígenas (Barra do Ribeiro é o município do RS com maior número de aldeias Mbyá Guarani)** além dos impactos ambientais na RPPN de Barba Negra e nas belas e ricas restingas de Mata Atlântica, localizadas em Barra do Ribeiro. No caso das espécies ameaçadas, esta área possui dezenas de espécies, destacando-se as maiores populações do réptil ***Liolaemus arambarensis***, **Criticamente Ameaçado**, com ocorrência restrita a três municípios, entre eles Barra do Ribeiro, com as maiores populações justamente na área de Barba Negra, entre as margens da Laguna dos Patos e o Guaíba. Nas alternativas locacionais, **também não foi considerada a presença de águas com qualidade Classe I**, neste segmento do Guaíba, contrastam com a necessidade de se buscar locais com menores impactos ambientais.

6. Quanto ao uso energético da queima da madeira, o RIMA faz uma afirmação **surpreendente, porém inverossímil**, quando tenta justificar que a empresa “*contribui para o combate às mudanças climáticas*” (p. 13), ao queimar restos de madeira, alegando ademais que: “*Uma de suas grandes vantagens (...) é gerar energia limpa e renovável para a própria fábrica*”. **Entretanto, é estranho que o incremento de gasto de energia, com queima de vegetais, gerará maiores concentrações de poluentes**. Também haveria que **calcular também o total de energia gasto nas construções, dragagens, o corte e o deslocamento das madeiras e da celulose, com combustíveis fósseis, ida e volta na Laguna do Patos, nas rodovias, e milhares de quilômetros além mar** (90% da celulose se deslocará para outros continentes, em especial a Ásia). Portanto, a emissão de gases de efeito estufa, decorrentes dos combustíveis fósseis, desconsidera toda a cadeia de gastos energéticos que implicam obrigatoriamente em enorme consumo de combustíveis fósseis. .

07. **Quanto aos poluentes hídricos**, na pág.13 do documento lê-se ; “não haverá alteração da qualidade da água do Lago Guaíba atendendo aos padrões de qualidade exigidos por lei” . No entanto, não é o que consta no anexo V - Estudo da Autodepuração do efluente definitivo, no qual se apresenta que os **parâmetros estão em níveis que alteram o enquadramento do corpo hídrico Guaíba.**

08. **Há uso excessivo de termos como “*impacto baixo*”**, mesmo que a Resolução CONSEMA 372/2018 classifique esse tipo de empreendimento como de **alto potencial poluidor**. Além dos termos “*temporário*” ou “*mitigável*”, empregados sem haver explicações razoáveis ao uso destes termos, não havendo explicação ou referência às escalas temporais reais (décadas), dependência de manutenção contínua e monitoramento dos sistemas e riscos de falha operacional.

09. **Quanto às emissões atmosféricas, o RIMA geralmente limita-se a afirmar que estarão “dentro dos padrões legais”, sem trazer o inventário dos gases emitidos, que podem ter efeitos crônicos mesmo que em baixas concentrações,**

10. **Na avaliação de impacto ambiental e seus riscos, ocorre ênfase apenas na suposta eficiência do tratamento, sem discutir risco de falhas operacionais (vazamentos de cloro como o que aconteceu no ano passado na planta atual)**, descargas em períodos de estiagem, efeito acumulado com outros usos da bacia, inclusive com relação ao incremento dos impactos gerados pela planta atual, impactos a jusante na Classe 1 (não apenas no ponto de lançamento), considerando-se a saúde de **populações sensíveis** (idosos, crianças, comunidades indígenas e pescadores) e os impactos no sistema de saúde , analisar **condições meteorológicas locais** (inversão térmica, ventos).

11. **A indústria de celulose está entre as maiores consumidoras industriais de água.** Não consta no RIMA a quantidade, que aparece no interior do EIA como sendo na ordem de **288.000.000 litros por dia.** Em período que a ONU declarou estarmos em **falência hídrica global**. Foi desconsiderado o Art. 1º, inciso IV, da Lei nº 9.433/97: “**A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico**”.

12. **O RIMA tende a avaliar a planta industrial como se fosse um empreendimento isolado**, desconsiderando: expansão das monoculturas arbóreas, eufemisticamente chamadas de “florestas plantadas”, aumento do tráfego pesado, pressão sobre estradas, portos e comunidades, outros empreendimentos já existentes ou planejados. **Afinal, o CONAMA 01/86 exige avaliação dos impactos cumulativos.**

13. **Quanto à geração de empregos**, frequentemente o documento enfatiza este item, mas não diferencia aqueles temporários dos permanentes, não avalia precarização e não apresenta análise de gênero, renda ou vulnerabilidade social (Art. 6º da **CONAMA 01/86 e CONAMA 511/2015**).

14. **Medidas como “monitoramento contínuo”, “programas ambientais” e “gestão adequada”** são apresentadas sem metas claras, indicadores públicos e garantias de fiscalização independente.

Como conclusão, o RIMA apresenta os impactos de forma genérica, fragmentada e descontextualizada, dificultando a compreensão dos efeitos cumulativos e sinérgicos do empreendimento, estando incompleto, não devendo ser validado como documento de resumo de informação à população.

A alegação da linguagem acessível por parte da empresa que elaborou o RIMA não pode ser motivo de omissão ou distorção de dados, dentro de uma visão de rito meramente cartorial do processo de EIA-RIMA.

Assim, já que o art. 9º da Resolução CONAMA nº 01/1986 determina que o RIMA reflita as conclusões do EIA, de forma objetiva, compreensível e sem omitir as informações relevantes, **fica patente que o documento apresentado não contempla estes quesitos. Se não atende, não deve ser aceito pela FEPAM, o que implica em uma revisão rigorosa destas falhas e a necessária devolução à empresa requerente para que seja complementado.**

Dada a quantidade de lacunas, omissões e tendenciosidade evidente do RIMA em prol da viabilidade do presente empreendimento, apelamos à FEPAM no sentido de reconhecer a desqualificação e a nulidade do referido documento, com solicitação de que as graves falhas sejam sanadas a fim de oportunizar à população de todos os municípios atingidos as audiências públicas com informações corretas como condição de continuidade do processo de licenciamento ambiental do empreendimento em foco.

Atenciosamente,

- Alda Maria de Oliveira Corrêa, Eng. Química- UFRGS, Especializada em Hidrologia Aplicada a Saneamento- IPH-UFRGS. Experiência em Licenciamento Industrial, especialmente em Tratamento de Efluentes Líquidos Industriais.
- Ana Berni Helebrandt. Cientista Social, especialista em Plantas Medicinais (UFRJ), mestranda POSGea/UFRGS, diretora na Casca Socioambiental e no SindBancários Poa, compõe Coletivo Ambiental CUT/RS.
- Catia Regina Duarte Machado - Bióloga, Mestre em Ecologia (UFRGS), integrante do Fórum de Educação Ambiental de Porto Alegre, integrante do ECOCANOAS
- Dilermando Cattaneo. Licenciado, mestre e doutor em Geografia pela UFRGS. Professor da UFRGS Litoral, membro do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS) e da Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental - RPG(S)A. Diretor de Memória e Educação da Federação de Remo do Rio Grande do Sul e membro do conselho técnico do Museu das Ilhas.

- Eduardo Luís Ruppenthal, Licenciado em Ciências Biológicas (UFRGS), Bacharel em Ciências Biológicas (UFRGS), Especialista em Meio Ambiente e Biodiversidade (UERGS) e doutorando em Educação (PPGED/UERGS).
- Emerson Vieira Prates, Técnico em Meio Ambiente, coordenador da ONG Ser Ação Ativismo Ambiental.
- Francisco Marshall, prof. Titular da UFRGS, Diretor do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados ILEA-UFRGS.
- Helena Barreto dos Santos - médica, especialista em Clínica Médica, Doutora em Epidemiologia - Coletivo Medicina em Alerta
- Lisiane Becker, Bióloga, Mestre em Biociências/Zoologia, Esp. em Políticas Públicas Ambientais e em Direito Ambiental, aposentada no funcionalismo público municipal/meio ambiente Coordenadora-presidente do Instituto MIRA-SERRA.
- Lorena Cândido Fleury, Bióloga, mestre em Desenvolvimento Rural e Doutora em Sociologia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS/UFRGS)
- Paulo Brack Biól. MSc. em Botânica e Dr. em Ecologia , Professor Titular do Departamento de Botânica da UFRGS, membro da Coordenação do InGá.
- Rosa Rosado - Biol. Mestre em Ecologia e Dra. em Geografia/UFRGS, articuladora do Fórum de Educação Ambiental de Porto Alegre.
- Rualdo Menegat, Geólogo, Mestre em Geociências, Doutor em Ciências na área de Ecologia de Paisagem, Professor Titular do Instituto de Geociências da UFRGS, Vice-presidente Científico do Foro Latino-americano de Ciências Ambientais.
- Rosângela Gonçalves Rolim - Biól., Mestre em Ambiente e Sustentabilidade e Dra. em Botânica.
- Sinthia Cristina Batista. Geógrafa Dra. Professora Associada da UFRGS Litoral, membro do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS), Diretora da Associação de Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre.
- Vicente Fiametti Lutz. Engenheiro Ambiental e Sanitarista, mestrando do IPH/UFRGS, Movimento pela Soberania Popular na Mineração MAM.